

Oferta e Procura

Márcio G. P. Garcia¹
22 de setembro, 2008

Para combater o estreitamento de crédito ao setor produtivo, convém ampliar os volumes dos empréstimos emergenciais do BNDES, mas elevar a TJLP.

Ensine a um papagaio a falar oferta e procura e terá criado um economista. Embora a velha piada reflita a importância desses dois conceitos básicos de economia, a perfeita compreensão dos mesmos não é tão simples quanto parece. Por exemplo, há apenas algumas semanas, quando o preço do petróleo subia sem parar, eram comuns afirmações do tipo: só a especulação financeira pode explicar a alta do petróleo uma vez que a OPEP afirma ter produção suficiente para atender a procura mundial.

Nessa frase, o conceito de procura fica reduzido a um número de barris de petróleo. Mas procura não é apenas um número, pois o número demandado de barris depende do preço do petróleo. Quando decido dirigir meu carro para ir trabalhar, adiciono à procura de barris de petróleo. Se o preço da gasolina aumentar significativamente, fazendo-me tomar o transporte coletivo, assim gastando muito menos petróleo, a procura cairá se muitos fizerem o mesmo. Ou seja, embora devesse ser óbvio, muitos parecem ignorar que os conceitos de oferta e procura não podem prescindir do preço.

Oferta e procura servem também para se idealizarem economias para além daquelas que existem de fato. Recentemente, o Presidente Lula proclamou o fim da “dinastia economicista” e a entrada do Brasil na era da “engenharia e do produtivismo” (*O Globo*, 20/09/08). Mas nenhum projeto de engenharia prospera sem uma detida avaliação de custos e benefícios. Engenheiros são treinados para isso. Já em macroeconomia, o treinamento é para garantir que o balanço na economia entre oferta e procura não cause problemas como inflação e desabastecimento, realidades que o Presidente conhece bem e diz não querer que jamais voltem ao nosso país.

Certamente, seria mais cômodo aumentar, magicamente, a produção a cada novo aumento da procura. Infelizmente, a realidade não é assim. Aumentos da produção requerem mais investimento, treinamento de trabalhadores e outras providências práticas que exigem tempo. Enquanto não se materializam as condições para o aumento da produção, o excesso de procura em relação à oferta é racionado via aumento de preços. Quando tal processo se generaliza e é referendado por política monetária frouxa, aumenta a inflação.

Embora o Presidente já tenha, mais de uma vez, repetido tal ensinamento básico, as ações recentes de seu governo têm com ele conflitado. A política fiscal vem sendo direcionada em sentido bastante perigoso, pois o governo vem aumentando substancialmente seus gastos, inclusive de pessoal, e comprometendo seriamente orçamentos futuros.

¹ Márcio Garcia, engenheiro, mestre e Ph.D. em Economia, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve neste espaço uma sexta-feira a cada mês. Excepcionalmente, este artigo será publicado na terça-feira, 23/9/2008.

Importantes membros do governo têm dado estapafúrdias declarações sobre a necessidade de expandir o já hipertrofiado setor público, sem qualquer preocupação com sua patente ineficiência. Infelizmente, a recente retórica presidencial, equivocadamente contrapondo a engenharia à economia, parece corroborar tais argumentos insensatos.

A retórica, tão atraente quanto irrealista, do combate à inflação só via aumento da oferta, prescindindo da contenção da demanda, quando foi implantada em 1979, foi responsável por nos colocar na rota da hiperinflação. O Presidente certamente encontrará entre seus conselheiros econômicos quem possa lhe dar detalhes sobre o malogro de tal tentativa, à época também muito popular entre empresários.

A política econômica brasileira, mesmo após o Plano Real, salvo raros períodos geralmente associados a crises, tem sido esquizofrênica. Ao mesmo tempo em que os juros altos garantem a inflação baixa, o governo aumenta os gastos como se não impactasse a inflação. Tal ambivalência não pode durar para sempre. Em algum momento, ou a política fiscal será mudada, ou a inflação subirá.

Dois acontecimentos recentes, um positivo e outro negativo, agravaram a esquizofrenia de nossa política econômica. Com a descoberta das reservas petrolíferas do pré-sal, o governo parece ter passado a trabalhar como se o orçamento fiscal tivesse recebido imediatamente um grande acréscimo de receitas. Simultaneamente a uma discussão extemporânea de como se deverão gastar receitas que só se materializarão, quiçá, em uma década, uma enxurrada de aumentos de gastos vem sendo gerada. A única medida do PAC que cuidava de limitar o aumento do gasto de pessoal do governo parece ter sido definitivamente enterrada.

Já a crise internacional, em vez de ensejar nossas autoridades econômicas a tomarem medidas precaucionárias, aumentando a poupança fiscal, está tendo o efeito contrário. Além de continuar o processo de expansão de gastos fiscais, fala-se em expandir em muito o crédito subsidiado via bancos oficiais. O próprio Presidente tem dito que os bancos oficiais darão o crédito necessário para garantir que a produção não seja afetada. Trata-se de objetivo muito nobre, mas a diferença entre êxito e fracasso está na execução.

Na reunião de 25/9, o CMN deverá fixar a TJLP, que serve como balizador para a maioria dos empréstimos do BNDES. Atualmente, a diferença entre a TJLP e a taxa Selic, que, entre outras funções, baliza o custo de captação do governo, está extremamente alta: 13,75% contra 6,25%. Como já documentado pela imprensa, tal diferença gera imensa procura artificial por financiamentos do BNDES, posto que todos querem dinheiro barato, mesmo que dele não precisem para investir. O subsídio elevado dificulta discriminar quais são as firmas que genuinamente precisam dos recursos do BNDES para fazer frente às restrições de crédito que emanam da crise internacional das que acorrem ao BNDES apenas para ter acesso a dinheiro barato. Melhor seria aumentar o volume de recursos disponível no curto prazo para fazer frente à crise de crédito internacional enquanto simultaneamente se diminui o subsídio, para que só as firmas que estejam verdadeiramente em dificuldades de prosseguir com seus projetos de investimento venham a recorrer ao crédito emergencial. O exemplo dos EUA mostra

isso: o empréstimo gigante de salvamento à seguradora AIG, de US\$ 85 bilhões, foi feito à taxa punitiva de *Libor* + 8,5%.

É, portanto, recomendável que se eleve a TJLP. A elevação significativa da TJLP também ajudaria a mitigar uma das incongruências da política econômica, permitindo que o BC pudesse ser mais econômico nas próximas elevações da Selic.